

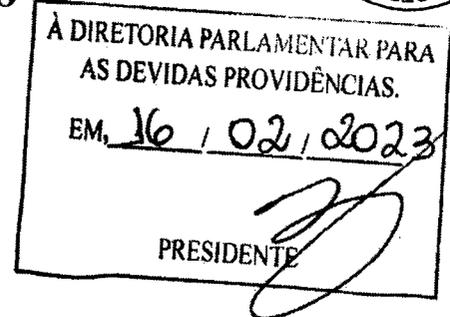


REQUERIMENTO

Ao Excelentíssimo Deputado

BRUNO PEIXOTO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás



O Deputado que o presente subscreve, nos termos do art. 124, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução n. 1.218/2007), vem requerer o **DESARQUIVAMENTO** das seguintes proposições legislativas de sua autoria:

1. Processo n. 2022010857 - declara de utilidade pública a entidade que especifica. (Associação obras sociais doce lar, com sede no município de Catalão - GO).
2. Processo n. 2022010841 - concede o título de cidadania que especifica (Lano Alves da Costa).
3. Processo n. 2022010750 - declara de utilidade pública a entidade que especifica (Associação Amigos dos Animais de São Simão, com sede no município de São Simão - GO).
4. Processo n. 2022002313 - fica instituído no calendário do estado de goiás o dia da conscientização da apraxia.
5. Processo n. 2022000957 - garante prioridade de tramitação às apurações de crimes contra a vida que tenham mulheres como vítimas no âmbito do estado de goiás.
6. Processo n. 2022000922 - reconhece o risco da atividade ao atirador, caçador ou colecionador integrante de entidade de desporto (foi apensado aos processos 2020005415 e 2020005566).
7. Processo n. 2021008935 - dá denominação ao próprio público que especifica. (Centro de ensino em período integral prefeito Odemir Moreira, com sede no município de Goiandira - GO).



8. Processo n. 2021006060 - institui o mês estadual de combate ao câncer de cabeça e pescoço - julho verde e dá outras providências.
9. Processo n. 2020005674 - reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas (foi apensado aos processos 2020005415 e 2020005566).
10. Processo n. 2020003870 - dá denominação o próprio público que especifica (Centro estadual de atenção ao diabético Maria José Nasser da costa, o CEAD, com sede no município de Goiânia - GO).
11. Processo n. 2020003684 - obriga os condomínios residenciais e comerciais, localizados no Estado de Goiás, a comunicar os órgãos de segurança pública a ocorrências de casos de maus-tratos animais.
12. Processo n. 2020003681 - dispõe sobre o estímulo à contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e com dependência econômica dos seus parceiros nos contratos públicos e dá outras providências.
13. Processo n. 2020002053 - altera a Lei nº 20.734, de 17 de janeiro de 2020.
14. Processo n. 2020001828 - proíbe, no âmbito do Estado de Goiás, a afixação de cartazes, eximindo de responsabilidade, os proprietários de estabelecimentos privados por danos, furtos e roubos.
15. Processo n. 2020001827 - Institui a semana de incentivo à adoção tardia (foi apensado ao processo 2019006133).
16. Processo n. 2020001357 - dispõe sobre a isenção de taxas referentes a emissão de nova via de documentos pessoais, bem como, licenciamento de veículos que tenham sido danificados, perdidos ou extraviados em razão de desastres naturais ocorridos a partir do ano vigente.
17. Processo n. 2019007614 - dispõe sobre a criação do programa de ginástica laboral no âmbito das escolas da rede pública de ensino.
18. Processo n. 2019007488 - estabelece obrigações aos estabelecimentos comerciais do ramo alimentício e às pessoas jurídicas responsáveis por aplicativos de entrega de alimentos.



19. Processo n. 2019007009 - dispõe sobre a cassação da inscrição estadual de empresas que provoquem maus-tratos a animais do estado de goiás.
20. Processo n. 2019006894 - dispõe sobre a sinalização definitiva de trânsito nas vias sob responsabilidade do governo do estado de goiás.
21. Processo n. 2019006373 - obriga os condomínios residenciais localizados no estado de goiás a comunicar os órgãos de segurança pública toda e qualquer ocorrência de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos.
22. Processo n. 2019005972 - dispõe sobre a apresentação da documentação comprobatória de efetivas providências no município quanto ao disposto nas alíneas "a" a "i" do inciso i do parágrafo único do art. 4º da lei complementar nº 90, de 22 de dezembro de 2011.
23. Processo n. 2019004631 - assegura o acesso dos profissionais de educação física particular às academias de ginástica para o acompanhamento de seus clientes, e dá outras providências.
24. Processo n. 2019003624 - fica assegurado às pessoas com deficiência visual o direito de receber as certidões de registro civil confeccionadas no sistema de leitura braille.
25. Processo n. 2019001523 - Altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de Goiás, para conceder isenção de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) a veículos movidos a força motriz elétrica.
26. Processo n. 2018001321 - Declara de Utilidade Pública a "Associação Labambas de Futebol Master" e dá outras providências.

postula-se o atendimento ao pleito por esta ínclita Presidência, nos termos regimentais

SALA DAS SESSÕES, em 15 de Fevereiro de 2023.

Deputado **GUSTAVO SEBBA**